

PARA ALÉM DE REFORMAS JURÍDICAS

Cultura e Capacitação na Erradicação da Violência contra Mulheres e Meninas

***Uma declaração da Comunidade Internacional Bahá'í
Setembro de 2006***

Escritório da Comunidade Internacional Bahá'í
nas Nações Unidas
866 United Nations Plaza, Suite 120
Nova York, NY 10017
Oaw-nyc@bic.org
+1 (212) 803-2500

Comunidade Bahá'í do Brasil
SHIS QL 02 conjunto 02 casa 15
Lago Sul, Brasília/DF 71625-220
secext@bahai.org.br
+55 (61) 3364 3594

Para Além de Reformas Jurídicas

Cultura e Capacitação na Erradicação da Violência Contra Mulheres e Meninas

Julho de 2006

1. Por meio da implementação de muitas medidas, a condição das mulheres e das meninas melhorou consideravelmente nos últimos 50 anos. Elas alcançaram níveis mais elevados de alfabetização e educação, aumentaram sua renda per capita e assumiram papéis proeminentes nas esferas políticas e profissionais. Ainda mais, extensas redes femininas locais, nacionais e globais conseguiram colocar as preocupações e os interesses das mulheres na agenda global e gerar a criação de mecanismos institucionais e legais para tratar desses assuntos. Apesar dos resultados positivos alcançados, uma interminável epidemia de violência contra as mulheres e meninas – perpetuada por normas sociais, fanatismo religioso e condições econômicas e políticas de exploração – continua a grassar devastadoramente em todas as partes do mundo. À medida que a comunidade internacional se esforça para implementar leis que protejam mulheres e meninas, torna-se cada vez mais evidente que uma enorme divisão ainda separa os mecanismos legais da cultura – enraizada em nossos valores, formas de conduta e instituições – necessária para estancar a epidemia.
2. A alarmante violência contra mulheres e meninas acontece tendo como pano de fundo dois processos simultâneos que caracterizam a atual condição do mundo. O primeiro é um processo de desintegração que em todos os continentes e em todos os setores da vida humana revela a impotência de instituições ultrapassadas, doutrinas obsoletas e tradições desacreditadas, levando ao caos e ao declínio da ordem social. A deterioração da capacidade das religiões de exercer influência moral deixou em seu bojo um vácuo moral preenchido por vozes extremistas e concepções materialistas da realidade, que negam a dignidade da vida humana. Uma ordem econômica exploradora, alimentando os extremos de riqueza e pobreza, tem levado milhões de mulheres à condição de escravidão econômica e negado seus direitos à propriedade, herança, segurança física e participação em igualdade de condições em empreendimentos produtivos. Conflitos étnicos e Estados em decadência fizeram crescer o número de mulheres migrantes e refugiadas, forçando-as a condições de ainda maior insegurança física e econômica. Dentro do lar e da comunidade onde vivem, a alta incidência de violência na família, o aumento do degradante tratamento dado às mulheres e às crianças, a expansão dos abusos sexuais – aceleraram esse declínio.
3. Lado a lado com o padrão de deterioração, um segundo processo, este construtivo e unificador, pode ser discernido. Este processo está enraizado na ética postulada na Declaração Universal dos Direitos Humanos e é alimentado por uma crescente solidariedade decorrente dos esforços das mulheres em todo o mundo. Nesse contexto, os últimos 15 anos lograram colocar a questão da violência contra mulheres e meninas na agenda global. A ampla estrutura jurídica e normativa desenvolvida durante esse tempo chamou a atenção de uma comunidade internacional até então desatenta para a cultura de impunidade na qual tal abuso era tolerado e até mesmo perdoado. Em 1993, as Nações Unidas, em sua marcante *Declaração sobre a Eliminação da Violência Contra as Mulheres*, definiu a violência como:

Qualquer ato de violência com base em gênero que resulte, ou que provavelmente resultará, em dano ou sofrimento físico, psicológico ou

*sexual nas mulheres, incluindo ameaças de tais atos, coerção ou privações arbitrárias da liberdade, seja em público ou na vida privada*¹

Esta definição foi um desafio à falácia da noção de que a violência contra mulheres e meninas era um assunto privado. O lar, a família, a cultura e as tradições não mais deveriam ser os árbitros finais para definir que ações eram justificáveis no tocante à violência contra meninas ou mulheres. A subsequente designação de um Relator Especial sobre violência contra mulheres deu origem ainda a outro mecanismo para investigação e para levar à atenção da comunidade internacional as muitas dimensões desta crise.

4. A despeito de alguns importantes avanços ocorridos nestes últimos quinze anos, o fracasso das nações em diminuir a violência demonstrou as carências ainda existentes nesse primeiro enfoque “reativo”, levando, gradualmente, à adoção de uma meta mais ampla de prevenção contra a violência em primeiro lugar. Estruturado de forma diferente, o desafio agora diante da comunidade internacional é o de criar as condições sociais, materiais e estruturais nas quais as mulheres e as meninas possam desenvolver de forma completa seu inteiro potencial. A criação de tais condições irá envolver não somente esforços para mudar as estruturas jurídicas, políticas e econômicas da sociedade, mas, igualmente importante, irá exigir a transformação das pessoas – homens e mulheres, meninos e meninas – cujos valores, de diferentes formas, apóiam modelos de comportamento de exploração. De acordo com a perspectiva Bahá’í, a essência de qualquer programa de transformação social é o entendimento de que o indivíduo tem uma dimensão moral ou espiritual. Isso estrutura a sua compreensão do propósito da vida humana, a responsabilidade das pessoas para com a família, a comunidade e o mundo. Junto com essas mudanças críticas na arquitetura jurídica, política e econômica que vai aos poucos se consolidando o desenvolvimento das capacidades morais e espirituais das pessoas constitui elemento essencial na ainda indefinida busca para impedir os abusos contra as mulheres e meninas em todo o mundo.
5. A idéia de promover uma moral ou valores específicos pode ser controversa; muito freqüentemente no passado tais esforços estavam associados com práticas religiosas repressivas, com ideologias políticas opressivas e visões muito estreitas do bem comum. Porém, as capacidades morais, quando formuladas de maneira consistente com os ideais da Declaração Universal dos Direitos Humanos, e objetivando fomentar o desenvolvimento intelectual, espiritual e social de todas as pessoas, representam um elemento chave do tipo de transformação necessária para se criar uma sociedade não violenta. Ademais, tais capacidades precisam estar ancoradas no princípio espiritual e social mais importante de nosso tempo – a saber, a interdependência e interligação da humanidade como um todo. A meta do desenvolvimento moral, então, é deslocada das noções individualistas de “salvação” para abarcar o progresso coletivo de toda a raça humana. Assim como nosso entendimento dos sistemas sociais e físicos do mundo evoluiu para alcançarmos este paradigma, da mesma maneira devemos desenvolver as capacidades morais exigidas para atuarmos de modo ético na era em que vivemos.
6. Como traduzir isso em objetivos educacionais? Algumas escolas bahá’ís e instituições de educação superior identificaram capacidades morais específicas que ajudam a capacitar as crianças e os jovens para desenvolverem habilidades de raciocínio moral e para assumirem a responsabilidade de

¹ Resolução da Assembléia Geral das Nações Unidas n° 48/104 de 20 de dezembro de 1993. *Declaração sobre a Eliminação da Violência contra a Mulher, Artigo 2. UN Document A/RES/48/104.*

contribuir para a melhoria de suas comunidades. A base de tal currículo é a crença de que toda pessoa é um ser espiritual com potencial ilimitado para ações de nobreza, mas que tal potencial, para ser manifestado, precisa ser conscientemente cultivado por meio de um currículo afinado com esta condição humana fundamental. Entre as capacidades morais identificadas pelas instituições educacionais bahá'ís estão as habilidades de: participar efetivamente na tomada de decisão coletiva de maneira não conflitiva (que inclui a transformação de padrões de conduta baseados no uso da força e falsamente enraizados na idéia de conflito como o suporte principal da interação humana); agir com retidão de conduta baseada em princípios éticos e morais; cultivar um senso pessoal de dignidade e auto-valorização; tomar iniciativas de forma criativa e disciplinada; engajar-se em atividades educacionais capacitadoras; criar a visão de um futuro ideal baseado em valores e princípios compartilhados e inspirar os outros a trabalharem para sua realização; entender os relacionamentos baseados em poder e contribuir para sua transformação em relacionamentos baseados em reciprocidade e serviço. Desta forma, o currículo busca desenvolver o indivíduo como um todo – integrando o espiritual e o material, a teoria e a prática, e o sentido de progresso individual com serviço à comunidade.

7. Embora tais valores possam ser ensinados nas escolas, é no ambiente familiar que os filhos crescem e criam conceitos sobre si mesmos, sobre o mundo e sobre o propósito da vida. Na medida em que uma família falha em atender às necessidades fundamentais dos filhos, do mesmo modo irá a sociedade arcar com as conseqüências da negligência e abuso, e sofrerá muito com as condições resultantes de apatia e violência. Na família, a criança aprende sobre a natureza do poder e sua expressão em relações interpessoais; é aqui que ela primeiro aprende a aceitar ou rejeitar as regras de autoridade e a violência como um meio de expressão e resolução de conflitos. Neste ambiente, a violência generalizada cometida pelos homens, contra as mulheres e meninas, constitui um assalto à unidade básica da sociedade e da nação.
8. A condição de igualdade na família e no casamento requer uma habilidade cada vez maior de integrar e unir, em vez de separar e individualizar. Em um mundo em rápida transformação, onde as famílias se sentem insuportavelmente estressadas sob as pressões das mudanças ambientais e das crises econômicas e políticas, a capacidade de manter a integridade dos laços de família e de preparar os filhos para a cidadania em um mundo complexo e que diminui a cada dia que passa assume uma importância suprema. É imperativo, então, ajudar os homens, como pais, a entenderem suas responsabilidades em uma família mais além do bem-estar econômico, provendo um exemplo de um relacionamento saudável entre o homem e a mulher, de auto-disciplina e igual respeito pelos membros masculinos e femininos da família. Este é um papel complementar àquele desempenhado pela mãe, que é a primeira educadora dos filhos e cuja felicidade, senso de segurança e respeito próprio são essenciais à sua capacidade maternal efetiva.
9. O que as crianças aprendem na família é confirmado ou negado pelas interações sociais e valores que formam sua vida comunitária. Todos os adultos na comunidade – educadores, profissionais de saúde, empresários, políticos, líderes religiosos, policiais, profissionais da mídia, e outros – compartilham da responsabilidade de dar proteção às crianças. Em muitos casos, porém, a rede de proteção da vida comunitária parece estar irreparavelmente rompida; milhões de mulheres e meninas são vítimas do tráfico todos os anos e sujeitadas à prostituição forçada e a condições de verdadeira escravidão; trabalhadoras migrantes passam por uma dupla marginalização, como mulheres e como migrantes, sofrendo abusos físicos, mentais e econômicos nas mãos de seus

empregadores em uma economia informal; a violência contra as mulheres mais velhas, cujo número cresceu e que freqüentemente carecem de meios de auto-proteção, aumentou muito; a pornografia infantil espalhou-se como um vírus alimentando o apetite de um mercado global insaciável e sem leis; em muitos países, mesmo o ato de ter acesso a e freqüentar uma escola representa um tremendo risco de abuso físico e sexual para as meninas. Exacerbando as condições criadas por países fracos e o fracasso na imposição da lei, encontra-se o profundo dilema moral que leva a comunidade a se perguntar: o que leva um indivíduo a explorar a vida e a dignidade de outro ser humano? Que capacidade moral fundamental a família e a comunidade deixaram de cultivar?

10. Em todo o mundo, as religiões têm tradicionalmente exercido um papel bem definido no cultivo dos valores de uma comunidade. No entanto, hoje em dia muitas vezes que se expressam em nome da religião constituem o maior obstáculo na erradicação da conduta de violência e exploração perpetrada contra mulheres e meninas. Usando apelos religiosos como um veículo de seu próprio poder, proponentes de interpretações religiosas extremistas têm buscado “domar” as mulheres e meninas restringindo sua mobilidade fora do lar, limitando seu acesso à educação, sujeitando seus corpos a práticas tradicionais danosas, controlando o vestuário e até mesmo matando para punir atos que afirmam ferir a honra da família. É a própria religião que desesperadamente precisa ser renovada. Um elemento central de tal renovação é a necessidade de que os líderes religiosos afirmem, de forma inequívoca – e tornem-se porta-estandartes do princípio da igualdade entre homens e mulheres – um princípio moral e prático urgentemente necessário para fazer progredir as esferas sociais, políticas e econômicas da sociedade. Hoje, as doutrinas e as práticas religiosas, em flagrante violação dos padrões internacionais de direitos humanos, precisam sujeitar-se a um profundo exame e escrutínio, tendo em mente que todas as religiões contêm as vozes das mulheres, as quais, porém, têm estado freqüentemente ausentes da formulação da definição, que se amplia e se atualiza, do que é religião e suas exigências.
11. O indivíduo, sua família e a comunidade como um todo, estão, em última instância, sob a proteção do Estado; é neste nível que se faz urgentemente necessária uma liderança consciente e responsável. Muitos governos, porém, continuam a abdicar de suas obrigações internacionais de punir e prevenir a violência e a exploração de mulheres e meninas; muitos carecem de vontade política nesse sentido; alguns falham em alocar os recursos necessários para a implementação das leis; em muitos países, não existem serviços especializados que tratem da violência contra as mulheres e meninas; e o trabalho sobre prevenção da violência tem se restringido, em quase todos os contextos, a medidas de curta duração². De fato, poucos Estados podem afirmar terem conseguido um mínimo sequer de redução na prática prevalecente de violência contra mulheres e meninas³. Muitos países continuam a se esconder por detrás de reservas culturais e religiosas aos tratados internacionais que condenam essa violência, perpetuando ainda mais um clima de impunidade legal e moral que torna invisíveis, em sua maioria, a violência e suas vítimas.
12. A era do desenvolvimento das estruturas jurídicas deve ser agora seguida de uma ênfase na implementação e prevenção. O fundamento de tais medidas é a estratégia enraizada na educação e no treinamento das crianças de forma a capacitá-las a crescer intelectualmente e moralmente,

² Divisão das Nações Unidas para o Avanço das Mulheres (2005). *Relatório da Reunião do Grupo de Profissionais: “Práticas positivas no combate e eliminação da violência contra as mulheres.”* 17-20 de maio de 2005. Viena, Áustria. {http://www.un.org/womenwatch/daw/egm/vaw/-gp-2005/docs/FINALREPORT_goodpractices.pdf}

³ Idem

cultivando nelas um senso de dignidade, como também uma responsabilidade quanto ao bem-estar de suas famílias, comunidades e do mundo como um todo. De uma perspectiva orçamentária, a prevenção envolve a adoção deliberada de medidas voltadas ao gênero, para assegurar que uma proporção adequada de recursos seja alocada para a provisão de serviços sociais acessíveis e a aplicação das leis. Tais esforços precisam ser reforçados por definições bem claras sobre o que seja a violência, como também por métodos abrangentes de levantamento de dados, a fim de avaliar devidamente os esforços nacionais nesta área, e conscientizar homens e mulheres da gravidade e da prevalência da violência que ocorre em suas comunidades.

13. A comunidade internacional, a despeito de sua importante liderança sobre este assunto definida na Declaração de 1993, de seu reconhecimento de que a violência contra mulheres e meninas é “um obstáculo à realização da igualdade, desenvolvimento e paz”, e do trabalho do Relator Especial, tem estado dividida e vagarosa no tocante à colocação em prática de suas palavras. Em 2003, a falta de ações foi destacada nas reuniões da 47ª sessão da Comissão das Nações Unidas sobre a Condição da Mulher, a qual, pela primeira vez na história da Comissão, provou ser incapaz de chegar a um conjunto de conclusões, com aprovação geral, com relação à violência contra as mulheres. Neste caso, os argumentos com base religiosa e cultural foram utilizados numa tentativa de mascarar as obrigações dos países conforme definidas na Declaração de 1993. É imperativo, portanto, em futuras reuniões da Comissão, que seja adotada uma linguagem decisiva com relação à eliminação da violência contra mulheres e meninas como conclusão unânime, estabelecendo não somente um tom moral, mas também legal adequado a esta epidemia global.
14. A fim de atender aos seus inúmeros comprometerimentos, cabe à comunidade internacional aumentar de forma dramática o poder, a autoridade e os recursos dedicados aos direitos humanos das mulheres, à igualdade dos gêneros e à capacitação das mulheres. A Comunidade Internacional Bahá'í tem participado das discussões que sugerem a criação de uma agência autônoma das Nações Unidas com um mandato bem abrangente, que trate de todas as áreas relacionadas aos direitos e problemas que envolvem as mulheres. Tais assuntos originam-se da Plataforma de Ação de Beijing, do Programa de Trabalho do Cairo e da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra as Mulheres, e asseguram que a perspectiva dos direitos humanos esteja totalmente integrada a todos os aspectos do trabalho da Organização das Nações Unidas. Para garantir o direito de voz às mulheres nos mais elevados níveis de tomada de decisão das Nações Unidas, tal agência deve ser coordenada por um diretor com status de Sub-Secretário-Geral. E para efetivamente poder dar cumprimento ao seu mandato, a instituição precisa ter uma presença nacional significativa, como também profissionais independentes na área de direitos da mulher como parte de seu corpo governante.
15. Os esforços para erradicar a epidemia de violência contra mulheres e meninas devem partir e serem fortalecidos em todos os níveis da sociedade – do indivíduo à comunidade internacional. Porém, não devem limitar-se a reformas jurídicas e institucionais, pois essas tratam somente do crime manifesto, sendo incapazes de gerar profundas mudanças nas raízes da sociedade necessárias para criar uma cultura onde a justiça e a igualdade prevaleçam sobre a impetuosidade do poder autoritário e da força física. Na verdade, as dimensões internas e externas da vida humana têm reciprocidade – uma não pode ser reformada sem a reforma da outra. É esta dimensão moral e ética interna que precisa urgentemente ser transformada para, finalmente, prover a base mais segura possível para a expressão dos valores e formas de conduta que elevem a condição das mulheres e das meninas, o que, por sua vez, promoverá o progresso de toda a humanidade.